



# TRANSIÇÃO ENERGÉTICA JUSTA E INCLUSIVA

Sexta - feira, 14 de Março de 2024 | Ano I, n.º3 | Director: Prof. Adriano Nuvunga | Português

TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E FINANCIAMENTO CLIMÁTICO: DESAFIOS E OPORTUNIDADES PARA MOÇAMBIQUE NA RECUPERAÇÃO DOS CICLONES, CONSIDERANDO SUA BAIXA CONTRIBUIÇÃO PARA AS EMISSÕES GLOBAIS

## Afinal quem deve pagar pela reconstrução pós-ciclones?





## 1. Introdução

A transição energética é, sem dúvida, um dos maiores desafios globais do século XXI. Trata-se da mudança do modelo de produção e consumo energético, até agora predominantemente baseado em fontes fósseis como carvão, petróleo e gás natural, para fontes renováveis e sus-

tentáveis, como a solar, a eólica, a hidroelétrica e a biomassa. Este processo vai além da simples substituição de fontes de energia, ele exige uma reestruturação profunda das infraestruturas energéticas e da economia global como um todo.



Para países como Moçambique, ricos em recursos naturais, especialmente nas áreas de energia fóssil, mas também altamente vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas, a transição energética apresenta-se como um desafio complexo de compreender e decidir. De um lado, o país vê nas suas abundantes reservas uma oportunidade para acelerar o seu desenvolvimento económico e melhorar as condições de vida da sua população. Por outro, enfrenta o dilema de se posicionar dentro de um debate global que exige uma redução na exploração de combustíveis fósseis, em nome do compromisso com a missão climática mundial. Este compromisso visa reduzir as emissões de gases de efeito estufa e mitigar os impactos adversos das mudanças climáticas, mas ignora a realidade de países em

desenvolvimento como Moçambique, que contribuem de forma muito reduzida para as emissões globais.

Este paradoxo coloca Moçambique numa posição delicada. Embora a exploração dos seus recursos naturais possa representar uma fonte de “esperança” para o financiamento do progresso social e económico do país, a crescente pressão internacional para a redução das emissões e para a promoção de uma economia de baixo carbono exige um alinhamento com os compromissos globais de sustentabilidade. Por mais que Moçambique tenha uma contribuição mínima para o aquecimento global, é um dos países mais afectados pelos efeitos de fenómenos climáticos extremos, como ciclones tropicais, se-



cas e inundações. O impacto devastador desses eventos sobre a população e as infraestruturas vitais coloca o país perante um grande desafio, tanto em termos de recuperação quanto de adaptação.

Ainda assim, este cenário não é apenas de risco, mas também de oportunidade. A transição energética pode representar um caminho estratégico para a construção de um futuro mais resiliente e sustentável, não apenas em termos ambientais, mas também económicos. Para que essa transição aconteça de forma eficaz, Moçambique precisará de investimentos em infraestruturas renováveis, adaptação da rede eléctrica e

ampliação da capacidade de geração de energia limpa, com uma estimativa de cerca de 80 mil milhões de dólares necessários para concretizar essa transformação.

Contudo, o grande obstáculo está no financiamento dessa transição. Moçambique, apesar de todo o seu potencial natural, enfrenta grandes dificuldades para mobilizar recursos internos e depende profundamente de apoio externo para atender as suas necessidades. A questão central que se coloca e este texto pretende responder é quem deve pagar pela reconstrução do país, pela adaptação às mudanças climáticas e pela mitigação dos seus impactos.

## 2. Mudanças Climáticas e Desenvolvimento:

### A Vulnerabilidade de Moçambique

Moçambique é um dos países mais vulneráveis aos efeitos das mudanças climáticas e essa vulnerabilidade se manifesta de diversas formas, principalmente através de ciclones, inundações e secas prolongadas. O país, localizado na região costeira da África Austral, enfrenta uma série de desafios relacionados às mudanças climáticas, que afectam tanto a sua economia quanto o bem-estar da sua população. Desde 2019, Moçambique foi atingido por pouco menos de 10 ciclones, incluindo o Ciclone Idai (2019), o Ciclone Kenneth (2019), o Ciclone Eloise (2021), o Ciclone Ana (2022), o Ciclone Gombe (2022), o Ciclone Bipartido (2023), o Ciclone Modesto (2024) e recentemente o Ciclone Jude (2025). Estes eventos resultaram em milhares de mortes, milhões de pessoas afectadas e danos substanciais a infraestruturas vitais, como estradas, pontes, redes eléctricas e escolas<sup>1</sup>.

Além das perdas humanas e materiais, esses fenómenos climáticos extremos têm outros custos para o “desenvolvimento”. As despesas com

a reconstrução das infraestruturas danificadas, a recuperação da produção agrícola e o restabelecimento das condições mínimas de vida são consideráveis. Apenas a recuperação dos ciclones Idai e Kenneth exigiu cerca de 3,2 mil milhões de dólares. Apesar do apoio das doações internacionais, o país continua a enfrentar sérias dificuldades em mobilizar recursos internos suficientes para cobrir essas despesas, o que torna o financiamento climático uma necessidade urgente para a recuperação e adaptação.

Para além dos custos imediatos da recuperação, as mudanças climáticas comprometem o desenvolvimento a longo prazo de Moçambique. A instabilidade climática prejudica a produção agrícola, agrava a pobreza, intensifica a insegurança alimentar e aumenta os gastos com saúde. A mitigação e adaptação a esses impactos exigem investimentos elevados, incluindo a construção de infraestruturas resilientes, o fortalecimento da capacidade de resposta a desastres e a promoção de práticas agrícolas sustentáveis.

<sup>1</sup> <https://aimnews.org/2024/08/16/mocambique-oito-ciclones-fizeram-829-mortes-na-ultima-decada/>



### 3. Fontes de Financiamento Climático:

#### Quais as Opções para Moçambique?



Dado o alto custo da adaptação e da mitigação, e a limitação das capacidades internas de financiamento, Moçambique deve recorrer a fontes externas de financiamento climático para garantir uma transição energética eficaz e a recuperação dos danos causados pelas mudanças climáticas. Existem várias opções de financiamento climático disponíveis para o país, incluindo mecanismos internacionais e iniciativas multilaterais. Algumas das principais fontes incluem:

- **Fundo Verde Climático (GCF):** O GCF é uma das principais fontes internacionais de financiamento climático, com o objectivo de apoiar países em desenvolvimento na implementação de projectos de mitigação e adaptação. Moçambique tem-se beneficiado desse fundo para financiar algumas iniciativas de adaptação à mudança climática e projectos de energias renováveis. Mas o país ainda tem um longo caminho por percorrer para que atinja os números realmente desejados e que atinjam os objectivos desejados.
- **Fundo de Adaptação:** Criado pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC), o Fundo de Adaptação oferece recursos para

apoiar acções de adaptação nos países mais vulneráveis.

- **Financiamento Climático Bilateral e Multilateral:** Moçambique também pode aceder a recursos financeiros de países desenvolvidos e organizações internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e a União Europeia. Esses recursos podem ser cruciais para apoiar a transição energética e a recuperação pós-ciclones.
- **Mercado de Carbono:** Embora Moçambique tenha uma baixa contribuição para as emissões globais, o país pode explorar o mercado de carbono, oferecendo créditos de carbono por meio de projectos de preservação ambiental e redução de emissões, como iniciativas de reflorestamento e energias renováveis. A venda desses créditos pode gerar uma nova fonte de receita para o país.

Apesar da existência de diversas opções de financiamento climático, Moçambique não deve, em circunstância alguma, recorrer ao endividamento público como uma forma de financiamento para enfrentar os desafios climáticos. O



país já enfrenta sérias dificuldades devido ao alto nível de endividamento e aos impactos económicos decorrentes da dívida. Optar pelo endividamento como solução significaria agravar uma situação financeira imprudente, potencialmente comprometendo a estabilidade económica e o bem-estar das gerações futuras. Resolver um problema imediato através da criação de uma nova dívida poderia gerar con-

sequências ainda mais graves, como o aumento da vulnerabilidade fiscal e o risco de uma crise financeira. Portanto, o país deve focar-se em explorar fontes de financiamento climático sustentáveis, como os fundos internacionais, acordos bilaterais e mecanismos de mercado, que não dependem do endividamento e oferecem soluções mais equilibradas e viáveis para garantir uma recuperação económica resiliente

e sustentável.

#### **4. Como Moçambique Deve Lidar com a Transição Energética e o**



#### **Financiamento Climático**

Para enfrentar os desafios das mudanças climáticas e realizar a transição energética de maneira certa, Moçambique deve adotar uma abordagem estratégica que combine políticas nacionais e parcerias internacionais. O país deve-se posicionar como um líder regional em energias renováveis, aproveitando o seu potencial solar e eólico para criar uma infraestrutura energética mais sustentável e resiliente.

A chave para o sucesso estará na capacidade de Moçambique de atrair financiamento climático internacional, particularmente por meio do GCF, do Fundo de Adaptação e de outras ini-

ciativas multilaterais. Ao mesmo tempo, o país deve focar na criação de políticas internas robustas para garantir a implementação eficiente dos recursos recebidos, com transparência e boas práticas de governança.

Além disso, o princípio da justiça climática deve ser uma peça central na negociação de recursos para a recuperação e adaptação de Moçambique. Os países desenvolvidos, que historicamente contribuíram para as emissões de gases de efeito estufa, têm a responsabilidade de apoiar os países em desenvolvimento na adaptação aos efeitos das mudanças climáticas. Moçambique pode reivindicar essa compensação com base na sua baixa contribuição

para as emissões globais e sua elevada vulnerabilidade.

Em termos de transição energética, o país deve adoptar um modelo que aproveite as suas reservas de gás natural como uma “ponte” para um futuro de baixo carbono, enquanto investe fortemente em energias renováveis. Esse equilíbrio é crucial para garantir que a transição seja financeiramente viável e, ao mesmo tempo, não comprometa o desenvolvimento económico do país.

Por fim, Moçambique deve trabalhar em colaboração com a comunidade internacional para garantir que os compromissos assumidos nos acordos climáticos globais se traduzam em financiamento real e adequado para as suas necessidades de adaptação e mitigação. Ao alinhar as suas políticas internas com os objectivos globais de sustentabilidade, o país pode não apenas se recuperar dos ciclones, mas também construir uma base sólida para um futuro sustentável e resiliente.



### MISSÃO:

*Inspirar e impulsionar ações para proteger os direitos humanos, fortalecer a democracia e promover a justiça.*

### MISSION:

*Inspiring and driving actions to protect human rights, strengthen democracy, and promote justice.*

#### INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Direitos Humanos  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** André Mulungo  
**Assistentes do Programa:** Artur Malate; Yara Carina Lamúgio; Stella Bié  
**Autor:** CDD  
**Layout:** CDD

#### Contacto:

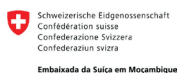
Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
Telefone: +258 21 085 797

CDD\_moz

**E-mail:** [info@cddmoz.org](mailto:info@cddmoz.org)

**Website:** <http://www.cddmoz.org>

#### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO



Embaixada da Suíça em Moçambique

